



EMENDA Nº

APRESENTAÇÃO DE EMENDASDATA
15/07/2014

PROJETO DE LEI 7.735/2014

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [X] MODIFICATIVA 5 [] ADITIVA

AUTOR
NILSON LEITÃO

PARTIDO

PSDB

UF

MT

PÁGINA

01/14

EMENDA

Art 1º. Suprima-se o inciso II do Artigo 4º e os Artigos 50, 51, 52 do Projeto de Lei 7.735 de 2014.

Art 2º. Introduz-se o Título I “DAS DISPOSIÇÕES GERAIS” incluindo os Artigos 1º ao artigo 5º do Projeto de Lei 7.735 de 2014.

Art. 3º. Incluem-se e renumerem-se, ao Artigo 1º do Projeto de Lei 7.735 de 2014, os seguintes incisos:

Art. 1º.....

I - regular o acesso à agrobiodiversidade e a repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produto ou processo desenvolvido a partir do acesso;

II - regular os direitos de agricultor;

III - conservar a agrobiodiversidade existente no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva;

IV - promover a segurança alimentar;

V - regular a remessa para o exterior de amostras da agrobiodiversidade.

Art. 4º. Inclua-se onde couber no Projeto de Lei 7.735 de 2014 o seguinte Artigo:

Art. ° O acesso, a remessa e a repartição de benefícios decorrentes da utilização das espécies incluídas no Sistema Multilateral de Acesso e Repartição de Benefícios, de que trata o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura - TIRFAA, serão regidos pelas regras nele fixadas, em detrimento do disposto na presente Lei.

Art. 5º. Incluem-se e renumerem-se, ao Artigo 2º do Projeto de Lei 7.735 de 2014, os seguintes incisos:

Art. 2º

I - agrobiodiversidade: inclui todos os componentes da biodiversidade que têm relevância para a agricultura e alimentação; inclui todos os componentes da biodiversidade que constituem os agroecossistemas: a variabilidade de animais, plantas e microrganismos, nos níveis genético, de espécies e de ecossistemas, necessários para sustentar as funções-chave dos agroecossistemas, suas estruturas e processos;

II - agrobiodiversidade nativa: agrobiodiversidade cujo centro de origem, de diversificação ou de domesticação compreenda área geográfica localizada no território nacional, mar territorial, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva incluindo microorganismo isolado a partir de substrato coletado no território nacional, no mar territorial, na zona econômica exclusiva ou na plataforma continental;

III - acesso à agrobiodiversidade: execução de pesquisa ou de desenvolvimento tecnológico utilizando componente da agrobiodiversidade;

IV - agricultor tradicional: pessoa física, incluindo aqueles provenientes de povos indígenas, de comunidades tradicionais ou agricultores familiares, que pratica agricultura tradicional, utiliza variedades tradicionais, locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas e mantém e conserva a diversidade genética;

V - variedade tradicional, local ou crioula: proveniente de espécie nativa ou exótica ao Brasil, composta por grupo de plantas dentro de um táxon no nível mais baixo conhecido, com diversidade genética desenvolvida ou adaptada por agricultor tradicional, mediante utilização de conhecimento tradicional, incluindo seleção natural combinada com seleção humana no ambiente local, que não seja produto de melhoramento conduzido pelo sistema formal ou científico.

VI - atividade agrícola: a produção, o processamento e a comercialização de produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais;

VII - cadastro de acesso e remessa da agrobiodiversidade: instrumento declaratório das atividades de acesso e remessa de componente da agrobiodiversidade;

VIII - centro de origem: área geográfica onde uma espécie, quer domesticada quer silvestre, desenvolveu pela primeira vez suas propriedades distintas;

IX - conhecimento tradicional associado à agrobiodiversidade: informação ou prática que os agricultores tradicionais têm realizado e continuam a realizar para a conservação e para o desenvolvimento da agrobiodiversidade;

X - conhecimento tradicional associado à agrobiodiversidade de origem não identificável: conhecimento tradicional associado em que não há possibilidade de vincular a sua origem a apenas um agricultor tradicional;

XI - centro de diversificação: área geográfica contendo um nível elevado de diversidade genética de espécie cultivada ou silvestre em condição natural;

XII - desenvolvimento tecnológico: trabalho sistemático sobre o componente da agrobiodiversidade ou sobre o conhecimento tradicional associado, baseado nos procedimentos existentes, obtidos pela pesquisa ou pela experiência prática, realizado com o objetivo de desenvolver novos materiais, produtos ou dispositivos, aperfeiçoar ou desenvolver novos processos para exploração econômica;

XIII - direitos de agricultor: direito coletivo dos agricultores tradicionais sobre o conhecimento tradicional relevante para a alimentação e agricultura, previsto no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura - TIRFAA promulgado pelo Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008;

XIV - finalidade de alimentação e agricultura: atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, visando ao desenvolvimento de processo ou produto, a produção de insumos e de alimentos in natura e seus processos industriais;

XV – pesquisa associada a agrobiodiversidade: atividade, experimental ou teórica, realizada sobre o componente da agrobiodiversidade ou conhecimento tradicional associado, com o objetivo de produzir novos conhecimentos, por meio de um processo sistemático de construção do conhecimento que gera e testa hipóteses e teorias, descreve e interpreta os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis;

XVI - raça localmente adaptada ou crioula: proveniente de espécie nativa ou exótica ao Brasil, representada por grupo de animais com diversidade genética desenvolvida ou adaptada a um determinado nicho ecológico e formada a partir de seleção natural ou seleção realizada por agricultor tradicional;

XVIII – usuário da agrobiodiversidade: pessoa natural ou jurídica que realiza acesso ou remessa de componente da agrobiodiversidade ou conhecimento tradicional associado ou explora economicamente produto ou processo oriundo desse acesso;

Art 6º. Introduz-se o Título II “DA BIODIVERSIDADE” incluindo-se os Artigos 6º ao artigo 47º do Projeto de Lei 7.735 de 2014.

Art 7º. Introduz-se o Título III “DA AGROBIODIVERSIDADE” incluindo e renumerando os seguintes Capítulos e Artigos:

CAPÍTULO XX DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. ° Fica autorizada a criação, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, de unidade gestora, com as seguintes atribuições:

I - propor normas técnicas;

II - criar e manter o Cadastro de Acesso e Remessa da Agrobiodiversidade, que incluirá informações sobre:

acesso e remessa;
variedade tradicional, local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula, e seus respectivos mantenedores;
produto ou processo desenvolvidos a partir do acesso;
modalidade de repartição de benefícios aplicável.

III - criar base de dados para gestão dos termos de transferência de material e das coleções ex situ;

IV - promover debates e consultas públicas sobre os temas de que trata esta Lei;

V - coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso à agrobiodiversidade;

VI - implementar as deliberações, as políticas para a gestão do acesso à agrobiodiversidade, as normas técnicas, as diretrizes e critérios a que se refere esta Lei;

VII - divulgar lista de espécies de intercâmbio facilitado constantes de acordos internacionais, inclusive sobre segurança alimentar que o País tenha ratificado;

VIII - definir as espécies sujeitas à repartição de benefícios no caso de remessa para o exterior;

IX - estabelecer diretrizes para a aplicação de recursos para implementação dos direitos de agricultor;

X - acompanhar, em articulação com órgãos federais ou mediante convênio com outras instituições as atividades de acesso e remessa;

XI- atestar a regularidade do acesso e da remessa.

§ 1º Para apoio ao gestor, serão formadas Câmaras Permanentes e Temporárias, com a participação da sociedade civil, por meio da representatividade dos setores produtivo, científico e acadêmico, e de agricultores tradicionais, conforme definido no regulamento.

§ 2º O MAPA poderá delegar as atribuições previstas neste artigo.

CAPÍTULO XX

DO ACESSO, DA REMESSA E DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

Art. ° O acesso, a remessa e a exploração econômica de produto ou processo desenvolvido a partir de agrobiodiversidade e de conhecimento tradicional associado ficam submetidos a cadastro ou autorização e repartição de

benefícios, na forma desta Lei.

Art. ° O usuário deverá cadastrar:

- I - o acesso ou a remessa;
- II – o produto ou processo desenvolvido;

Parágrafo único - Independe de consentimento prévio informado do agricultor tradicional, o acesso ao conhecimento tradicional associado e à variedade tradicional, local ou crioula ou à raça localmente adaptada ou crioula para as finalidades de alimentação e de agricultura.

Art. 8º O acesso por pessoa natural ou jurídica sediada no exterior, não associada a instituição nacional, dependerá de autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. ° A remessa de amostra da agrobiodiversidade para o exterior, para fins de acesso, dar-se-á mediante prévio cadastro e assinatura de termo de transferência de material.

§ 1º Observada a lista mencionada no inciso VIII, do art. 5º desta Lei, o termo de transferência de material mencionado no caput, estabelecerá compromisso de pagamento pelo usuário, a título de repartição de benefícios, de parcela correspondente a até 0,3% (três décimos por cento) da receita ou rendimento líquido obtido no ano civil com a exploração econômica do produto ou processo desenvolvido a partir do acesso à agrobiodiversidade, por até dez anos., incluindo o acesso ao conhecimento tradicional associado ou à variedade tradicional, local ou crioula ou raça localmente adaptada ou crioula conforme regulamento.

§ 2º A instituição destinatária poderá repassar a amostra recebida a terceiros também sediados no exterior, mediante prévia assinatura de termo de transferência de material prevendo a obrigação de repartir benefícios, na forma prevista no caput.

Art. A repartição de benefícios é devida pelo usuário que explora economicamente produto ou processo passível de registro no MAPA, independentemente de quem tenha realizado o acesso anteriormente.

Art. A repartição de benefícios decorrentes da exploração econômica de produto ou processo oriundo de acesso à agrobiodiversidade poderá constituir-se em pelo menos uma das seguintes modalidades, dentre outros, na forma do regulamento, a critério do usuário:

I - monetária: consiste no pagamento de parcela anual de 0,3% (três décimos por cento) da receita ou rendimento líquido obtido no ano civil com a exploração econômica de produto ou processo por até dez anos, na forma do regulamento;

II - não monetária, incluindo, dentre outras:

a) produção sustentável, agropecuária ou industrial, no País do produto

ou processo desenvolvido a partir da agrobiodiversidade nativa;

b) disponibilização de processo ou produto sem restrição para pesquisa ou melhoramento;

c) licenciamento, livre de ônus, de processo ou produto;

d) distribuição gratuita de produtos em programas de interesse social;

e) capacitação de recursos humanos;

f) projeto para conservação ou uso sustentável da agrobiodiversidade, em especial de variedade tradicional, local ou crioula ou da raça localmente adaptada ou crioula.

Parágrafo único - A modalidade de repartição escolhida pelo usuário, conforme previsto no caput deste artigo, deve ser indicada no Cadastro de Acesso e Remessa da Agrobiodiversidade, por ocasião da exploração econômica do produto ou processo.

Art. Os valores devidos a título de repartição de benefícios na modalidade monetária, previstos no Art. 9º, no Inc. I do Art. 11 deverão ser depositados à conta do Fundo Federal Agropecuário - FFAP, de que trata a Lei Delegada nº 8, de 11 de outubro de 1962, destinados à implementação dos Direitos de Agricultor, conforme previsto nesta Lei.

CAPÍTULO XX DOS DIREITOS DO AGRICULTOR

Art. Ficam protegidos os direitos de agricultor, de que trata o art. 9º do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, decorrentes de conhecimento tradicional associado relevante para a alimentação e a agricultura.

Parágrafo único. O conhecimento tradicional associado relevante para a alimentação e a agricultura é coletivo e de origem não identificável.

Art. São formas de reconhecimento dos direitos de agricultor, entre outras, na forma do regulamento:

I - as publicações científicas com referência ao conhecimento tradicional associado;

II - registros em bancos de dados;

III - cadastros;

IV - indicação do agricultor.

Art. Ao agricultor tradicional que detém conhecimento tradicional associado são garantidos, na forma do regulamento, os direitos de:

I - ter reconhecida sua contribuição para o desenvolvimento e conservação da agrobiodiversidade, em qualquer forma de publicação, utilização, exploração e divulgação;

II - perceber benefícios na forma prevista no art. 11 desta Lei;

III - participar do processo de tomada de decisões sobre assuntos relacionados à conservação e à utilização sustentável da agrobiodiversidade;

IV - participar de programa governamental de restauração ou reintrodução de variedades tradicionais, locais ou crioulas ou de raças localmente adaptadas ou crioulas;

V - obter fomento para a criação ou fortalecimento de bancos locais de sementes;

VI - preferência na participação de programa governamental de produção agrícola;

VII - preferência na participação de programa público de financiamento de custeio agrícola;

VIII - ter acesso a material genético conservado por instituição pública;

IX - cadastrar-se, junto ao MAPA, na qualidade de mantenedor de variedade tradicional, local ou crioula ou a raça localmente adaptada ou crioula;

X - conservar, reservar e plantar sementes para uso próprio, em seu estabelecimento ou em estabelecimento de terceiros cuja posse detenha;

XI - usar, trocar ou vender como alimento ou matéria-prima o produto obtido do seu plantio, exceto para fins reprodutivos.

§ 1º Os direitos de agricultor não serão limitados pela inscrição de variedade tradicional, local ou crioula ou a raça localmente adaptada ou crioula no Registro Nacional de Cultivares – RNC, criado pela Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003.

§ 2º Os recursos financeiros para atender o inciso II deste artigo serão advindos, conforme regulamento, de:

I - orçamento da União;

II - doações;

III - valores depositados na conta do FFAP, advindos da implementação desta Lei;

IV - outras fontes.

Art. Independem do registro no Cadastro de Acesso e Remessa da Agrobiodiversidade as atividades de agricultor tradicional relativas ao cultivo, comercialização e troca de sementes, na forma prevista no art. 15 desta Lei.

CAPÍTULO XX DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. Considera-se infração administrativa contra o patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, toda ação ou omissão que viole as normas desta Lei, na forma do regulamento.

§ 1º Sem prejuízo das sanções penais e cíveis cabíveis, as infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão:

a) das amostras da agrobiodiversidade acessadas;

b) dos instrumentos utilizados na coleta ou no processamento das amostras da agrobiodiversidade ou do conhecimento tradicional associado acessado;

c) dos produtos derivados de acesso à amostra da agrobiodiversidade ou ao conhecimento tradicional associado; ou

d) dos produtos obtidos a partir de informação sobre conhecimento tradicional associado;

IV - suspensão da venda do produto derivado de acesso à amostra da agrobiodiversidade ou ao conhecimento tradicional associado;

V - suspensão do cadastro ou autorização de que trata esta Lei; ou

VI - cancelamento do cadastro ou autorização de que trata esta Lei.

§ 2º Para imposição e gradação das sanções administrativas, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato;

II - os antecedentes do infrator, quanto ao cumprimento da legislação referente ao acesso à agrobiodiversidade e ao conhecimento tradicional associado;

III - a reincidência; e

IV - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

§ 3º As amostras, os produtos e os instrumentos de que trata o inciso III do § 1º terão sua destinação definida pelo MAPA.

§ 4º A multa de que trata o inciso II do § 1º será arbitrada pela autoridade competente, por infração, e pode variar:

I - de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), quando a infração for cometida por pessoa natural; ou

II - de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), quando a infração for cometida por pessoa jurídica, ou com seu concurso.

§ 5º Verifica-se a reincidência quando o agente comete nova infração no prazo de até cinco anos, contados do trânsito em julgado da decisão administrativa que o tenha condenado por infração anterior.

§ 6º O regulamento disporá sobre o processo administrativo próprio para aplicação das sanções de que trata esta Lei, assegurado o direito a ampla defesa e contraditório.

Art. Os órgãos federais competentes exercerão a fiscalização, a interceptação e a apreensão de amostras que contêm a agrobiodiversidade acessada, de produtos oriundos de acesso a agrobiodiversidade ou ao conhecimento tradicional associado, quando o acesso ou a exploração econômica tiver sido em desacordo com as disposições desta Lei e seu regulamento.

Art. São órgãos competentes para a fiscalização das infrações contra a agrobiodiversidade e conhecimento tradicional associado, no âmbito de suas respectivas competências e na forma do regulamento:

I - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

II - Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.

CAPÍTULO XX DAS REGRAS DE ADEQUAÇÃO E REGULARIZAÇÃO

Art. O pedido de autorização ou regularização, para fins de atividade agrícola, formalizado junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, ou instituições credenciadas por esse Conselho, e ainda em tramitação, deverá ser reformulado pelo usuário, no prazo de dois anos, contados a partir da entrada em vigor desta Lei, mediante cadastro no MAPA.

Art. O usuário que acessou componente da agrobiodiversidade nativa, independentemente da ocorrência de exploração econômica de produto ou processo, sem a autorização deverá regularizar-se conforme o disposto nesta Lei, no prazo de vinte e quatro meses da entrada em vigor desta Lei, inserindo a atividade no Cadastro de Acesso e Remessa do MAPA.

§ 1º Cadastrada a atividade de acesso de que trata o caput, as sanções previstas no Decreto nº 5.459, de 7 de junho de 2005, em decorrência das infrações aos dispositivos da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, terão a sua exigibilidade extinta.

§ 2º Para fins de regularização junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI de pedidos de patente depositados durante a vigência da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, o requerente deverá apresentar o

comprovante do cadastro de que trata esta Lei.

§ 3º Serão exigidas as multas já aplicadas, bem como mantidas as sanções administrativas já aplicadas, com base nos arts. 16, 18, 19, 21, 22, 23 e 24 do Decreto nº 5.459, de 2005, quando houver correspondência às infrações estabelecidas no Capítulo VI desta Lei, sendo os demais processos administrativos extintos.

Art. Havendo interesse do usuário no intuito de findar processo administrativo ou judicial serão aplicadas as regras de regularização previstas nesta Lei.

Parágrafo único. No caso de litígio judicial, respeitadas as regras de regularização previstas nesta Lei, a União fica autorizada a firmar acordo ou transação judicial ou desistir da ação.

Art. Ficam remetidas as indenizações civis relacionadas a patrimônio genético e conhecimento tradicional associado para fins de atividade agrícola, das quais a União seja credora.

Art 8º. Introduz-se o Título IV “DAS DISPOSIÇÕES FINAIS” incluindo-se os Artigos 48 e 49 do Projeto de Lei 7.735 de 2014 e os seguintes artigos renumerando-se:

Art. O pedido de autorização ou regularização, para fins de atividade agrícola ou alimentar, formalizado junto ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, ou instituições credenciadas por esse Conselho, para fins de atividade agrícola ou alimentar, deverá ser encaminhado por essas instituições ao MAPA, no prazo de noventa dias, contados da entrada em vigor desta Lei.

Art. A concessão de direito de propriedade intelectual sobre produto ou processo ou cultivar obtida a partir do acesso à agrobiodiversidade ou de acesso ao conhecimento tradicional associado fica condicionada a comprovação de inscrição no Cadastro de que trata do Art. 6º desta Lei.

Art. O inciso I do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, fica acrescido das seguintes alíneas:

“Art. 27.....

I -

q) gestão das atividades de acesso e de remessa da agrobiodiversidade e do conhecimento tradicional associado;

r) fiscalização do cumprimento das obrigações relativas ao acesso e à remessa da agrobiodiversidade e do conhecimento tradicional associado.”(NR)

Art. Os Art. 2º e 3º da Lei Delegada nº 8, de 11 de Outubro de 1962 passam a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 2º

III – de implementação dos Direitos de Agricultor”, na forma prevista na Lei XXXX”

Art. 3º

XXII – na implementação dos Direitos de Agricultor”, na forma prevista na Lei XXXX” (NR)

Art. Fica revogada a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 e normas infralegais regulamentadoras.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda é uma proposta de regulação do acesso à agrobiodiversidade brasileira e ao conhecimento tradicional associado, alterando as disposições da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, que trata do acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e dá outras providências.

A sobredita Medida Provisória buscou incorporar compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro ante a ratificação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), tratado internacional da Organização das Nações Unidas, submetido à adesão dos países membros durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992.

O Governo Brasileiro editou, em 29 de junho de 2000, a Medida Provisória nº 2.052. A norma supracitada sofreu sucessivas reedições até a superveniência da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, que fez com a referida Medida Provisória perdesse o caráter provisório, até que fosse rejeitada ou apreciada, definitivamente, pelo Congresso Nacional. Assim sendo, esta Medida Provisória constitui, hoje, o marco legal que rege o acesso e a remessa de componente do patrimônio genético nacional e do conhecimento tradicional associado e a repartição, justa e equitativa, dos benefícios decorrentes da exploração econômica de processo ou produto desenvolvido a partir desses acessos. Por ocasião das negociações da CDB, em 1992, já havia clareza de que os recursos genéticos destinados à alimentação e agricultura não poderiam ser submetidos ao tratamento previsto para outros setores da economia tais como, farmacêutico e de cosméticos. Consequentemente, os países signatários da CDB aprovaram a Resolução nº 3, em Nairóbi, na Etiópia, reconhecendo a necessidade da busca de soluções para as questões pendentes relativas aos recursos fitogenéticos, os quais já vinham sendo discutidos no âmbito da FAO desde os anos 60. A mesma preocupação foi, com o passar dos anos, estendida para os recursos zoogenéticos e microbianos integrantes da agrobiodiversidade.

No entanto, a Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001 não seguiu a lógica prevista na CDB para recursos genéticos destinados à agricultura e alimentação. Dessa forma, as obrigações para o acesso a componente da biodiversidade brasileira para o desenvolvimento de um produto industrial, por exemplo, um novo perfume, passaram a ser aplicadas ao desenvolvimento de novas cultivares de plantas, processo que incorpora na nova cultivar, de acordo com a espécie, dezenas ou centenas de componentes genéticos, tornando assim, muito complicado o processo de identificação dos provedores das amostras que foram utilizadas no desenvolvimento da nova

cultivar. Descrição similar se aplica ao melhoramento de raças animais.

Considerando a importância que a produção agropecuária tem para o Brasil e considerando os ganhos proporcionados pela pesquisa em melhoramento genético na busca pela sustentabilidade da agropecuária, fica fácil perceber o quanto é imprescindível, para as instituições de pesquisa o acesso facilitado ao material básico que será utilizado nos cruzamentos – os chamados recursos genéticos. Importante lembrar, que nos últimos 50 anos do século XX, enquanto o acesso aos recursos genéticos para a pesquisa agrícola era livre, o resultado foram ganhos substanciais em até quatro vezes na produtividade (quantidade produzida por unidade de área) na agricultura brasileira.

O marco legislativo atual vem inviabilizando a pesquisa com espécies nativas do Brasil devido ao complexo processo burocrático para obtenção das autorizações exigidas, bem como pelo viés punitivo da legislação vigente. Engajar-se em seu cumprimento tem significado aderir a um emaranhado de regulamentos legais e infralegais expedidos pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, constituído por seis decretos, 40 resoluções e nove orientações técnicas, além da Medida Provisória em questão. Esse marco regulatório bastante genérico e de certa forma ambíguo e questões fundamentais para a sua implementação vem sendo objeto de interpretação do texto da lei feita, especialmente, pela Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente.

Para mudar esse paradigma, uma nova legislação deve primar pelo total apoio à pesquisa e uso sustentável da biodiversidade agrícola nativa ou exótica ao Brasil. Deve-se substituir a proposta de cobrança de taxas e quaisquer outras obrigações financeiras, com as consequências burocráticas que as acompanham, pelo incentivo, inclusive tributário, às instituições que atuam na valoração do patrimônio genético agrícola..

É fato que a ocupação de novas áreas com agricultura empresarial e familiar, no seu conceito amplo, com uso de sementes melhoradas em substituição a variedades tradicionais, tem provocado perda de agrobiodiversidade. A globalização tem incorporado ao estilo de vida moderno os povos e as comunidades antes isolados pelas dificuldades de transporte e comunicação. Essa integração tem sido à custa do abandono de atividades costumeiras relacionadas à conservação dos recursos naturais, donde provinham a alimentação, os remédios, o material de construção, a produção de energia enfim, a sobrevivência desses povos e comunidades. Com o abandono das práticas costumeiras, perde-se também o conhecimento sobre o manejo sustentável dos recursos naturais. Por isso, a regulamentação dos Direitos de Agricultor, como forma de repartição dos benefícios auferidos pela sociedade brasileira com a conservação dos recursos genéticos de agricultura e alimentação, os quais são mantidos por agricultores tradicionais, é a forma viável de reconhecer a importância dessas práticas, dando suporte à sua continuidade.

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO, fundada em 1945, tem por objetivo, dentre outros, promover a segurança alimentar elevando os níveis de nutrição e qualidade de vida dos povos, melhorando a produtividade agrícola e as condições da população rural, além de promover a gestão sustentável dos recursos naturais. O estímulo ao acesso aos recursos genéticos, assim como a sua distribuição para centros de pesquisa agrícola, vem sendo uma importante atividade da FAO na busca pela segurança alimentar. Nesse contexto, os países membros da FAO aprovaram, em 2001, em Roma, o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura - TIRFAA, assinado pelo Brasil em 2002, e em vigor no Brasil após sua ratificação e promulgação no ano de 2006.

A proposta de regulação da matéria baseia-se na filosofia da FAO e do TIRFAA, que considera imprescindível a necessidade de incentivar o agricultor tradicional, que mantém faz uso sustentável do recurso genético, não importando qual povo ou comunidade “inventou” o referido recurso genético. Assim, não há uma relação de propriedade entre o provedor e o material que possa requerer anuência prévia ou contrato de repartição de benefícios. Em agricultura e alimentação toda a sociedade se beneficia do trabalho do mantenedor e a sociedade deve incentivar a continuidade dos trabalhos desse mantenedor.

Além disso, a presente proposta pretende incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de produtos e processos que agreguem valor à agrobiodiversidade, a fim de promover sua conservação – diferentemente da idéia mais corrente que se propõe de angariar recursos financeiros na forma de uma “taxa” sobre o lucro auferido pela utilização do produto, para depois direcionar o montante angariado para atividades de conservação.

Para viabilizar a promoção à pesquisa e ao uso da agrobiodiversidade nacional optou-se por designar como repartição de benefícios os próprios benefícios gerados pelas atividades de pesquisa e produção no território brasileiro, seja geração de empregos, renda, tributos e melhoria de qualidade de vida da população no Brasil, incluindo a agregação de valor à agrobiodiversidade.

Portanto, pretende-se incentivar o desenvolvimento de produtos e processos a partir da agrobiodiversidade nativa do Brasil, gerando emprego e renda no país, seja por meio da sustentabilidade do produtor rural tradicional, seja pela agregação de valor aos produtos oriundos das matas nativas, exploradas de forma sustentável pelo agro extrativismo. O que no atual sistema é tido como comando, controle e cobrança de taxas, passa a funcionar como incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no campo, nas matas nativas assim preservadas e na indústria. Além disso, o sistema prevê vantagens tributárias para as organizações que fizerem pesquisa e utilização das espécies da agrobiodiversidade brasileira.

A proposta em tela está em harmonia com a proposta do executivo para regulação do patrimônio genético como um todo, na medida em que a proposta da agrobiodiversidade exclui, de forma expressa, a sua aplicabilidade aos recursos genéticos para a alimentação e a agricultura.

A fim de dar segurança jurídica ao usuário, é necessário harmonizar as duas propostas, notadamente no que diz respeito ao escopo de cada uma delas. Assim sendo, a presente emenda regulará, exclusivamente, a utilização dos recursos genéticos para as finalidades de alimentação, agricultura, biocombustível e insumos para a agricultura, sendo então aplicados os Direitos de Agricultor que regulam a repartição de benefícios sobre os conhecimentos tradicionais associado às variedades tradicionais, locais ou crioulas ou raças localmente adaptadas ou crioulas, assim como os demais mecanismos de repartição de benefícios previstos para o acesso à agrobiodiversidade.

Considerando que marcos internacionais sobre repartição de benefícios ainda estão em discussão, é urgente uma definição em legislação nacional sobre a repartição de benefícios tanto pelo acesso aos recursos genéticos da agrobiodiversidade brasileira por outros países, quanto pelo acesso aos recursos genéticos de espécies exóticas por instituições nacionais.

Estabeleceu-se nesta emenda que os recursos genéticos da agrobiodiversidade brasileira serão de titularidade da União, sendo então o Fundo Federal Agropecuário indicado para receber e gerir os valores pagos a título de repartição de benefícios. É importante destacar, que

para as espécies regidas por acordos internacionais de acesso e repartição de benefícios, prevalecerão as regras neles constantes.

Sendo uma legislação de promoção, as sanções ficam reduzidas a casos excepcionais de total desatenção às regras de acesso e remessa. Além disso, a presente proposta contempla também mecanismos para regularização do passivo decorrente do descumprimento da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, para os acessos realizados para a finalidade de alimentação e agricultura.

A presente proposta prevê ainda a revogação do Artigo 26 da Medida Provisória nº 2.186-16, que sujeita o usuário a uma multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do faturamento bruto resultante da exploração econômica de processo ou produto destinado à alimentação e a agricultura.

O texto aqui apresentado foi amplamente discutido com instituições representativas do Agronegócio. São essas, as razões que justificam a proposta ora submetida à consideração desta Casa.

____/____/____
DATA

ASSINATURA